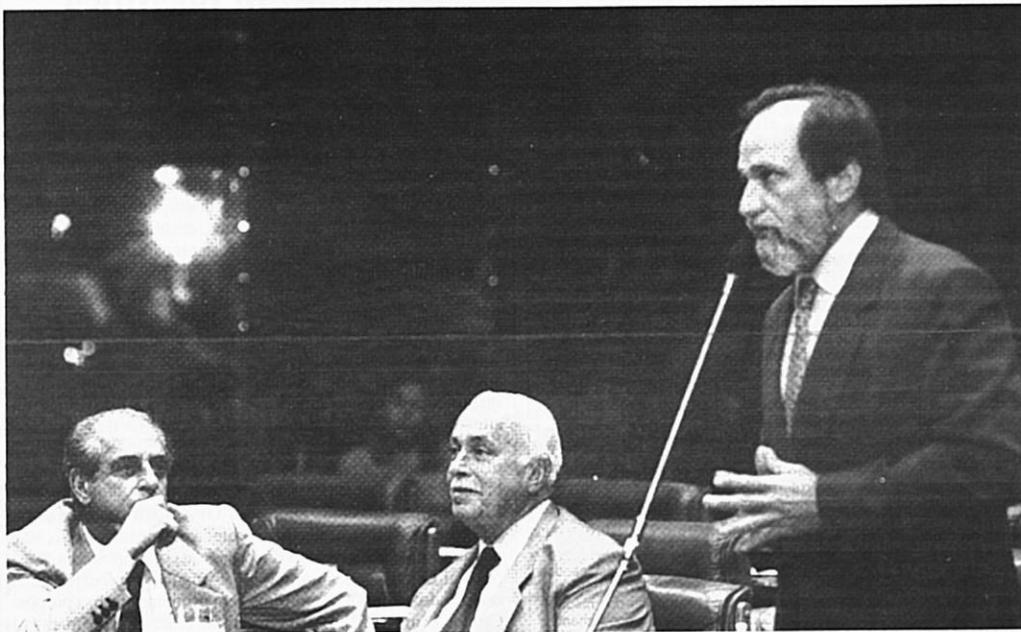


Congresso vota este ano as principais matérias, diz ACM

Reformas administrativa e previdenciária, prorrogação do FEF, Sistema Financeiro Habitacional e Orçamento da União estão entre as propostas que serão apreciadas em novembro e dezembro



DESEMPREGO - Ao lado de Antonio Carlos, os senadores Osmar Dias (D) e Ramez Tebet (E) defenderam ontem, no plenário, mais investimento na agricultura como forma de superar o desemprego. Osmar pediu ao governo federal que dobre o volume dos recursos destinados ao crédito rural, para garantir uma safra superior a 80 milhões de toneladas de grãos, impedindo que a crise atinja os produtores rurais. Página 7

"Todos os parlamentares estão imbuídos de seus deveres com a nação. Vamos votar em novembro e dezembro as principais matérias, dando um sinal ao país de que o Congresso produz de acordo com os interesses da pátria", afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Entre as matérias importantes a serem votadas, Antonio Carlos citou as reformas administrativa e previdenciária, a prorrogação do FEF, o Sistema Financeiro Habitacional e o Orçamento da União, além de medidas provisórias. O presidente do Senado considerou "indispensável" uma reforma regimental visando acelerar o processo legislativo. **Página 3**

Emília sugere educação voltada para não-violência

Página 6

Marina destaca a demarcação de 23 áreas indígenas

Página 5

CAS debate projeto que regulamenta os planos de saúde

O projeto de lei que regulamenta os planos de saúde será debatido hoje, às 17h, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Está prevista a participação de representantes do Procon, do Ministério da Saúde, das San-

tas Casas de Misericórdia e da Associação Brasileira de Medicina de Grupo. Já o plenário do Senado discute hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Carlos Patrocínio a projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o uso de cadáver não reclamado,

para fins de estudos ou pesquisas científicas. Os senadores devem apreciar outros dois substitutivos, pedidos de autorização de crédito e acordos internacionais. Amanhã, entra na pauta a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). **Página 2**

Maldaner quer urgência para o ajuste fiscal e as reformas

Caso o governo deixe para depois de 1998 o ajuste fiscal e outras reformas necessárias ao desenvolvimento do país, irá gerar desconfianças e intranquilidade, alerta o senador. **Página 4**

Planos de saúde em debate hoje na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza hoje, às 17h, audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que regulamenta os planos de saúde.

Participarão dos debates

Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge); Januário Montone, representante do Ministério da Saúde; Elisa Gonçalves Martins, do Procon do DF; e José Luiz Spicolon, superintendente da Confederação das

Santas Casas de Misericórdia.

Já às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), realiza um debate acerca dos processos de consolidação das operações de antecipação de receita

orçamentária (Aros) dos estados brasileiros. Deverão participar da exposição o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo.

Às 14h30 será instalada a

Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565-10/97, que altera a legislação sobre o salário-educação, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e escolhido o relator.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h30 - Recebe o embaixador da Suécia, Christer Manhusen

12h30 - Recebe o ministro da Educação, Paulo Renato Souza

18h - Participa do lançamento do livro *Irineu Bornhausen - Trajetória de um Homem Público Exemplar*, de autoria de Victor Márcio Konder. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 110/97, dênega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A., no valor de R\$ 1,46 milhão, cujos recursos seriam destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná; *Projeto de Resolução nº 137/97, autoriza o estado da Bahia a conceder garantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais; *Requerimento nº 856/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução 50/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *Requerimento nº 857/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 80/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *Requerimento nº 858/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; *PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coréia; *PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho; *PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; *PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; *PDL nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; e *PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais

COMISSÕES

10H - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e do presidente da Caixa

Econômica Federal, Sérgio Cutolo, acerca dos processos de consolidação das operações de antecipação de receita orçamentária dos estados brasileiros. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565-10/97, que altera a legislação que rege o salário-educação

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes (regulamenta os planos de saúde).

Expositores convidados: Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo - Abramge; Januário Montone, representante do Ministério da Saúde; Elisa Gonçalves Martins, Procon do DF; e José Luiz Spicolon, superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (5.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 25/97, que trata da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF

Quinta-feira (6.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do *PLC nº 21/96, que torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias; *PLC nº 39/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 44/96), acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil; *PLS nº 44/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 39/96), altera os arts. 926 e 928 do Código de Processo Civil; *PLC nº 10/97, revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher; *PLS nº 313/95, regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informações destinada ao consumidor brasileiro; e *PLS nº 246/96, dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista.

Sexta-feira (7.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (5.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 06/96, altera a redação do caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto; *PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e *PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Plenário analisa uso de cadáver em pesquisa

O plenário do Senado discute hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) a projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o uso de cadáver não reclamado, para fins de estudo ou pesquisas científicas.

Pela proposição, o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, pelo prazo de 30 dias, encontrado em hospitais, asilos, institutos médico-legais, serviços de verificação de óbito e outras instituições similares, será encaminhado às instituições de ensino superior situadas na respectiva região.

Os senadores apreciam outros dois substitutos: o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) a projeto do então senador Nelson Carneiro disciplinando as relações jurídicas do pessoal de atividades portuárias; e do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto de lei da Câmara determinando a afixação, nos es-

tabelecimentos comerciais, do telefone e endereço do Procon.

Também na pauta da sessão de hoje, três pedidos de autorização de crédito: para a União, no valor de US\$ 300 milhões, junto ao Banco Mundial, destinados ao projeto de restauração e descentralização de rodovias federais; para a Bahia conceder garantias a serem contratadas no programa de recuperação da lavoura cacaueira do estado; e para o município de Goio-Erê (PR), de R\$ 1,4 milhão, junto ao Banco do Estado do Paraná, destinados a obras de infra-estrutura urbana.

Os senadores apreciam ainda, na mesma sessão, sete acordos internacionais.

Amanhã, o plenário vota, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional prorrogando o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

CCJ aprecia amanhã projeto sobre dívida municipal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se amanhã para apreciar diversas matérias, entre elas o projeto de lei do Senado que altera o percentual de amortização das dívidas dos municípios com o FGTS e a Previdência Social, de autoria do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). A matéria tem parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Os senadores que integram a CCJ deverão apreciar ainda propostas de emenda à Constituição, como a que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; a que torna facultativo o voto; e a que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos. As matérias são relatadas pelos senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), José Fogaça (PMDB-RS), e Esperidião Amin (PPB-SC), respectivamente.

Também consta da pauta da comissão o projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, substanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo de São Paulo no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A CCJ examina em caráter terminativo, entre outros, projeto de lei da Casa que estabelece eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado. Ainda estão previstos os seguintes projetos de lei da Câmara: que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; e o que trata dos registros públicos.

"A mudança do Regimento é indispensável, não apenas por causa da crise, mas sim pela exigência de aperfeiçoar os trabalhos do Legislativo", afirma o presidente do Senado

ACM garante votação das reformas e diz que o país sairá bem da crise das bolsas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, demonstrou ontem otimismo quanto à recuperação da economia brasileira diante da crise das bolsas de valores, e afirmou que o Congresso votará, ainda este ano, "todas as matérias importantes", tendo reiterado que considera "indispensável" uma reforma regimental visando acelerar o processo legislativo.

- Todos os parlamentares estão imbuídos de seus deveres com a nação. Vamos votar em novembro e dezembro as principais matérias, dando um sinal ao país de que o Congresso Nacional produz de acordo com os interesses da pátria - disse.

O senador citou as reformas administrativa e previdenciária, a prorrogação do FEF, o novo sistema financeiro habitacional e o Orçamento da União como

propostas que o Congresso deverá votar ainda este ano, além das medidas provisórias que forem "mais urgentes"; e observou que, se mesmo assim ainda restar matéria importante a ser votada ao término do ano legislativo, o presidente da República poderá pedir a convocação extraordinária do Congresso.

Indagado sobre a posição do presidente da Câmara, Michel Temer, Antonio Carlos disse que ele concorda com a necessidade de agilizar as reformas e de fazer a alteração regimental:

- O presidente Michel Temer tem sido um bom presidente. Evidentemente pode acelerar as votações, e nós também aqui no Senado podemos ace-

lerar. As duas Casas poderão trabalhar conjuntamente nesta hora difícil para o país, e produzir ainda mais, como o povo deseja - afirmou.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, a necessidade de mudança do Regimento já existia: "A mudança do Regimento é indispensável, não apenas por causa da crise, mas sim pela exigência de aperfeiçoar os trabalhos do Legislativo. Muito tempo antes eu dizia - e o presidente Michel Temer concordava - que o Regimento precisa ser adaptado às realidades nacionais", disse.

CRISE DAS BOLSAS

O senador disse que vê a crise das bolsas "com relativa tranqüilidade", porque sabe

que "o país vai sair desse problema", mas nada adiantou a respeito de medidas que o governo poderá adotar.

- Talvez não sejam doces, mas não creio que sejam tão amargas quanto se espera - comentou.

Antonio Carlos Magalhães assegurou a colaboração do Legislativo: "O governo tem medidas a adotar, e terá a compreensão do Congresso. O Legislativo não recebe ultimato, mas tem que agir em consonância com as expectativas do povo".

O presidente do Senado lembrou que a crise "não é só do Brasil, mas do mundo", e atribuiu o episódio que abalou as bolsas ao fruto da atividade especulativa, e também a circunstâncias inerentes ao próprio sistema econômico.

Lauro ironiza "culpa das oposições" na crise do capitalismo internacional

O senador Lauro Campos (PT-DF) rejeitou ontem qualquer responsabilidade das oposições sobre o tremor "de 4 graus na escala Richter que atingiu as bolsas de valores de Hong Kong a Nova York, abalando até mesmo o inexpugnável Brasil".

Conforme disse, o governo brasileiro, "dado a uma amnésia esperta e contumaz", agora lembrou-se das oposições para afirmar que o Real foi atingido pela crise porque as reformas não foram feitas com a urgência necessária. "A oposição não existe", assinalou o senador, reportando-se a entrevista de Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja*.

Para Lauro Campos, o problema do país não é o chamado "Custo Brasil", mas o que ele denominou de "Custo FHC": a política econômica e o fato de o presidente "só pen-



Lauro: "Ele só pensa na reeleição"

sar naquilo, a reeleição". No rol de custos impostos ao país, o senador listou os US\$ 8 bilhões perdidos na crise das bolsas; o Proer; o aumento de R\$ 28,5 bilhões na dívida pública; 67% de inflação acumulada sem reposição salarial; a destruição de setores produtivos inteiros em decorrência da abertura para as importações;

a perda de mercados externos; e as altas taxas de juros.

- O desemprego, a inadimplência, as falências e as concordatas aumentarão - afirmou.

Lauro Campos ressaltou que, num mundo globalizado, "não se pode perder de vista os Estados Unidos", e o Brasil, como "economia submetida, precisa ficar de olho nas transformações que lá ocorrem, atingindo o mundo todo".

Entre essas mudanças, o senador registrou que, nos últimos cinco anos, os EUA tiveram déficits comerciais superiores a US\$ 300 bilhões, reduzidos em 1997 para "minguados" US\$ 27 bilhões. Ao invés de grande importador, os EUA aumentaram suas exportações, "ocasionando a necessidade de o Brasil, entre outros, ampliar seu déficit comercial", observou.

Referindo-se à perplexidade

manifestada pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em relação à queda das bolsas, segundo este inexplicável por qualquer teoria econômica, Lauro Campos aconselhou-o a "jogar fora as teorias do equilíbrio aprendidas nas universidades americanas, por não explicarem os desequilíbrios sempre presentes na história do capitalismo".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou que, em prol da reeleição, o governo abandonou a reforma tributária e, com ela, o controle sobre o déficit fiscal. Segundo o senador, quando o governo se esforça pela aprovação de alguma matéria, ela é aprovada, como aconteceu com a emenda da reeleição. No caso do sistema tributário, ele optou pelas prorrogações do FEF e da CPMF, disse.



Boaventura: sociedade alerta

Boaventura lembra 10 anos do acidente com césio em Goiânia

Ao lembrar a tragédia causada pelo acidente com césio 137, ocorrida há dez anos em Goiânia, o senador Albino Boaventura (PMDB-GO) manifestou esperança de que os governos e as comunidades brasileira e internacional estejam extraindo "o máximo proveito" das lições que o episódio deixou.

Boaventura destacou a importância dos debates em torno do acidente realizados durante conferência internacional na capital de Goiás, numa promoção conjunta do governo do estado, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Associação Internacional de Energia Atômica e da Fundação Leide das Neves (a menina que foi a primeira vítima fatal do césio).

O temário do encontro, conforme o senador, incluiu a análise dos avanços ocorridos nos campos da legislação nuclear, do controle de fontes radioativas, das respostas às emergências radiológicas, dos impactos ambientais e político-sociais, do tratamento de acidentados e da sensibilidade dos poderes públicos para questões nucleares e para os depósitos de rejeitos radioativos.

Ele espera que o debate possa alcançar universidades, Congresso, meios de comunicação, clubes de serviço e outros segmentos da comunidade nacional, pois "quanto mais nos conscientizarmos, mais estaremos distantes do fantasma que ainda assusta a nossa memória, depois daquela tragédia".

Segundo o senador, crise mundial nas bolsas de valores torna arriscada a estratégia do governo de só promover a reforma fiscal depois das eleições

Maldaner pede urgência para ajuste fiscal

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou ontem que, diante dos últimos acontecimentos da economia mundial, não seria uma boa estratégia o governo esperar pelas eleições de 1998 para fazer o ajuste fiscal prometido na campanha presidencial de 1994.

A seu ver, deixar essa e outras reformas para depois das eleições, como "algumas pessoas chegaram a sugerir", irá gerar desconfianças e intransigência no país e no exterior, especialmente diante da possível desaceleração da economia e da conseqüente queda no crescimento do PIB para 3% neste ano e para 2% no próximo.

- Precisamos nos despir de algumas ambições corporativistas e partidárias. O momento é de transferirmos os assuntos que estão em pauta,



Maldaner: não há como esperar, diante da crise internacional

como as eleições, e de voltarmos as nossas energias para o quadro econômico que estamos vivendo. É preciso buscar o ajuste fiscal e as reformas estruturais que o governo pregou antes da posse - afirmou.

Maldaner destacou comentário do economista Paulo Leme, segundo o qual a estratégia do governo de esperar as eleições do próximo ano

para promover o ajuste fiscal foi atingida pelo *crash* global das bolsas de valores na semana passada, tornando-se extremamente arriscada.

Conforme o senador, o economista entende que a "volatilidade internacional" torna vulnerável a estratégia brasileira de financiar os déficits externos com a privatização de empresas e a entrada de investimentos externos.

Valadares retoma defesa de dinheiro público em campanha

O financiamento público de campanhas eleitorais a partir do ano 2000 é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Com o objetivo de assegurar a igualdade entre candidatos e a proibição na aplicação dos recursos que serão recebidos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (fundo partidário), a medida proíbe que os partidos recebam contribuição de pessoas físicas ou jurídicas.

O projeto prevê a distribuição proporcional dos recursos recebidos do fundo entre partidos registrados na Justiça Eleitoral que tenham conquistado na eleição imediatamente anterior, no mínimo, dez cadeiras para a Câmara dos Deputados. O fundo partidário será constituído por



Valadares: financiamento público a partir do ano 2000

dotações orçamentárias da União e respectivos créditos adicionais para o financiamento exclusivo de campanhas eleitorais e por multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.

Conforme a proposição de Antonio Carlos Valadares, os recursos do fundo que forem considerados sobras de campanhas eleitorais serão aplicados na manutenção das sedes e serviços do partido, na propaganda política, no alistamento e na

criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.

- A exclusividade de recursos públicos para financiamento dos partidos dispensa a contribuição de empresas privadas, abrindo para todos os partidos políticos e candidatos a possibilidade de financiamento para suas campanhas eleitorais, contribuindo para minimizar os efeitos perniciosos do abuso de poder econômico - argumenta o senador.

Suplicy: é preciso dar tempo para Lula decidir

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou ontem os que pretendem apoiar uma possível candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República a darem o tempo que precisa para decidir se será ou não candidato. O senador entende que Lula não deve ser pressionado para tomar uma decisão "importante não só para ele, mas para milhões de brasileiros".

Suplicy acredita nas possibilidades de Lula vencer as eleições de 1998, "apesar das vantagens que terá o presidente Fernando Henrique Cardoso". A seu ver, Lula tem conseguido expressar com grande clareza o sentimento dos que estão à margem do processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Conforme o senador, depois de visitar a Itália e a Alemanha, Lula está tendo a oportunidade de conversar com os integrantes do partido, com as bases, com os movimentos da sociedade civil, com seus companheiros, e de ir às ruas e aos sindicatos:

"Considero que é muito importante dar a ele o tempo necessário para decidir-se", afirmou.



Suplicy: antes, a decisão pessoal

Senadora informa que cerca de 15 mil índios serão beneficiados com extensões de terra equivalentes à metade da França

Marina comemora 23 novas áreas indígenas

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ao plenário que o governo federal homologou ontem 23 novas áreas indígenas, que somam terras equivalentes à metade da França e que vão beneficiar cerca de 15 mil índios. Com a homologação, as terras já podem ser registradas em cartório, pois não foram contestadas depois da demarcação.

A solenidade de homologação, no Palácio do Planalto, foi dirigida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e teve a senadora Marina Silva entre os convidados. Ela lamentou em sua comunicação ao plenário que o governo fez um corte de 78% nas verbas do Orçamento da União destinadas à Funai para demarca-



Marina participou de solenidade com FHC

ção de terras.

- Das 23 áreas homologadas agora, 17 só chegaram a essa situação graças a recursos externos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais. Este é um momento importante, mas infelizmente não foram ainda homologadas as terras dos índios krikati, do Maranhão, dos apyterewá, do Pará, e nem dos índios baú, também do

Pará - disse Marina Silva.

Entre as áreas homologadas, conforme a senadora, 17 estão no Amazonas, duas no Pará, duas em Pernambuco, duas no Tocantins e uma em Roraima. "Ainda há um grande desafio para o resgate das populações indígenas do país, hoje limitadas a cerca de 200 mil pessoas, contra os 5 milhões da época do descobrimento do Brasil", observou.

Alcântara lembra trajetória de Darcy, que completaria 75

"A vontade de viver, a disposição de agir, o idealismo e a coragem" de Darcy Ribeiro foram lembrados pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao homenagear a memória do ex-senador, que completaria 75 anos no último dia 26.

Para Alcântara, o escritor e antropólogo Darcy Ribeiro foi "um brasileiro notável pelos seus títulos, por suas realizações, pelo reconhecimento que logrou granjear em sua pátria e no mundo inteiro, notável, talvez ainda mais do que tudo isso, por sua personalidade generosa, desprendida, vivaz, alegre, corajosa".

Depois de reportar-se ao trabalho de Darcy Ribeiro como indigenista, e que resultou em várias obras literárias, o senador destacou a atuação do homenageado na administração pública, salientando que ele foi responsável pela elaboração das diretrizes educacionais do go-



Alcântara lembrou gênio de Darcy

verno Juscelino Kubitschek e pela criação da Universidade de Brasília.

- Com o advento do parlamentarismo, o sociólogo assume a pasta da Educação e Cultura e no governo de João Goulart é convidado para chefiar o Gabinete Civil, cargo que ocupou até o golpe de 1964, quando foi exilado - frisou.

Lúcio Alcântara referiu-se ainda à atuação de Darcy Ri-

beiro no exterior, lembrando que ele redigiu o projeto de reforma da Universidade Nacional do Uruguai, da qual foi professor; ajudou a conduzir à presidência do Chile o médico Salvador Allende; e, no Peru, assumiu as funções de assessor do então presidente Juan Velasco Alvarado.

De volta ao Brasil, Darcy Ribeiro ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e elege-se vice-governador do Rio de Janeiro. Como senador fluminense, de acordo com Lúcio Alcântara, o sociólogo relatou o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e lutava pela implantação do Projeto Caboclo, lembrou o senador.

- Apesar de sua luta contra o câncer, esse homem nunca deixou de trabalhar. A sua última obra, *O Povo Brasileiro*, iniciada 30 anos antes, tornar-se-á referência obrigatória para o entendimento de nossa nacionalidade - afirmou.

CONHEÇA O SENADO

Comissões têm a missão de preparar terreno para a decisão em plenário

Todas as proposições legislativas que tramitam no Senado são examinadas por comissões permanentes ou temporárias antes de ir a plenário. Esse exame preliminar, previsto no Regimento do Senado, é "conveniente para preparar uma decisão esclarecida e consciente" sobre as propostas, diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho, professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo.

O Senado tem sete comissões permanentes: de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle. São órgãos técnicos competentes para analisar o mérito das matérias que a elas são encaminhadas.

Cabe às comissões permanentes discutir e votar projetos, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos relacionados a suas atribuições e receber pedidos e reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

Compete ainda às comissões permanentes pedir o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, acompanhar a elaboração do Orçamento, apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, controlar as políticas governamentais relativas à sua área de competência e fiscalizar os atos do Poder Executivo, entre outras atribuições.

No exame de determinadas matérias, as comissões permanentes podem adotar decisões em caráter terminativo - o que significa que a proposição votada na comissão não será submetida ao plenário, a não ser que haja recurso assinado por nove senadores. Introduzida pela Constituição de 1988, a medida conferiu celeridade ao processo legislativo.

A composição das comissões é definida proporcionalmente ao tamanho dos partidos e dos blocos parlamentares. Os lugares nas comissões pertencem aos partidos e seus membros são escolhidos ou substituídos por indicação dos líderes partidários. As comissões permanentes têm reuniões ordinárias uma vez por semana.



Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, uma das sete permanentes

Para senadora, desemprego e recessão têm que ser profundamente analisados para se chegar à causa da violência urbana

Violência é fruto do modelo excludente, afirma Emília

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) atribuiu ontem ao "modelo econômico excludente adotado pelo governo federal" o crescimento da violência urbana no país.

Basçada em dados do Dieese que apontam o índice de 16,3% de desemprego na cidade de São Paulo em setembro passado - "o maior desde 1985" - e em taxas de roubos de carros e assassinatos em Porto Alegre, ela afirmou que o desemprego e a recessão têm que ser profundamente analisados para se chegar à causa da violência urbana.

- Uma economia que, de antemão, trata como fato normal a exclusão de milhões de pessoas do processo produtivo, ou, ainda, que estimula a competição mesquinha, indi-



Emília: exclusão de milhões

vidualista e mesmo agressiva, dificilmente resultará em outra situação que não a que se verifica atualmente - assinalou.

Emília Fernandes informou que o número de assaltos a bancos, estabelecimentos comerciais e residências cresce a cada dia, atingindo "índices jamais registrados na história da sociedade brasileira".

A senadora ressaltou também a necessidade de uma educação voltada para a não-violência, com respeito às leis e aos direitos humanos. Segundo disse, essa proposta deveria contemplar o conjunto da sociedade, iniciando pelas crianças nas salas de aula e passando por todos os demais segmentos. Ela culpou, além disso, a morosidade da Justiça e a crise do sistema penal, que, a seu ver, transformou os presídios em verdadeiros depositários de gente.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que a impunidade brasileira é uma das causas do aumento da violência, acrescentando que os mais ricos nunca são presos.

Requião propõe criação de varas para crimes financeiros

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou proposta de emenda constitucional que atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas no julgamento de crimes financeiros.

A proposta acrescenta um parágrafo ao artigo 109 da Constituição e tem o objetivo de, respeitando a separação dos Poderes, oferecer ao Judiciário os meios para que possa criar condições apropriadas ao julgamento desses crimes, que, por sua complexidade, exigem conhecimentos especializados.

Conforme Requião, no âmbito da investigação polí-

Requião: meios adequados para o Judiciário



tico-parlamentar, têm-se alcançado resultados positivos na identificação dos responsáveis pelos crimes financeiros ou contra o erário público; entretanto, conforme ressaltou, razões de natureza estrutural dificultam a ação da Justiça para puni-los.

- Com efeito, a magistratura brasileira tem enfrentado

diversas dificuldades para a prestação jurisdicional, com qualidade e presteza. Dentre elas, merecem relevo a quantidade e ampla diversidade dos processos sobre os quais o juiz deve decidir. Tal quadro é especialmente grave na magistratura de primeira instância - afirmou o senador.

CARTAS

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho e agradeço a remessa de suas edições a esta prefeitura."

Emanuel Fernandes - prefeito (São José dos Campos-SP)

"Gostaria de externar minha satisfação patriótica ao tomar conhecimento do trabalho que o *Senado* vem desenvolvendo através do *Jornal do Senado*. Como auxiliar de justiça e professor, gostaria de ser mais um dos assinantes desse jornal."

Ricardo José da Silva Conceição (Araruama-RJ)

"A Ordem dos Jornalistas do Brasil agradece a remessa do *Jornal do Senado* e parabeniza a equipe pela ética profissional na redação das matérias, que sintetizam e dão transparência às atividades legislativas."

José Fernando Miranda Salgado - presidente (Rio de Janeiro-RJ)

"Parabenizo a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho de divulgação e pelas matérias importantes e interessantes que contribuem para o conhecimento técnico, político e administrativo da população. Como funcionário público municipal há mais de 20 anos e especializado na área administrativa, solicito a assinatura desse magnífico jornal."

Carlos Roberto de Almeida Bueno (Itapetininga-SP)

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo trabalho, que nos permite conhecer as atividades do Senado. Como sou secretária municipal de Administração e atuo junto à comunidade, solicito a assinatura do jornal, para que eu possa ampliar o debate político nas bases."

Cleuza Mantovani (Três Lagoas-MS)

"O *Jornal do Senado* é de grande importância para a sociedade brasileira, pois leva ao conhecimento da população as decisões do Senado e os assuntos em debate nessa Casa, todos eles relevantes para a nação. São notícias em primeira mão e sem as distorções normalmente feitas pelos veículos não oficiais."

João Antônio Maia Filho - presidente da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (Goiania-GO)

Ao cobrar da equipe econômica um entendimento para resolver o problema do crédito rural, senador alerta para o atraso na safra

Osmar sugere mais dinheiro no campo contra desemprego

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem ao governo federal que dobre o volume de recursos destinados ao crédito rural, passando dos atuais R\$ 3 bilhões para R\$ 6 bilhões. A seu ver, se houver essa suplementação, a safra deste ano ultrapassará 80 milhões de toneladas, impedindo que a crise financeira atinja os produtores rurais e evitando o crescimento do índice de desemprego no país.

O trabalho no plantio da safra é a única alternativa para o desemprego e pequenas providências podem amenizar esse drama. Hoje há restrições enormes para se obter o crédito rural, que tem juros subsidiados. Se os produtores rurais pegarem empréstimos com juros comerciais, nenhuma safra será capaz de cobrir os custos, pois tudo mudou de uma semana para cá - disse.

Relatando o problema do desemprego que presenciou



Osmar: agricultura obedece ao clima

no interior paranaense, Osmar Dias cobrou da equipe econômica um entendimento com o Congresso Nacional para tentar resolver o problema do crédito rural. "Devemos fazer isso rapidamente, pois há um grande atraso na safra deste ano em virtude das intensas chuvas. Os produtores agem de acordo com o clima e não de acordo com as decisões governamentais", alertou.

Ao lembrar que o Congresso está sendo cobrado pela

votação das reformas constitucionais em virtude da crise nas bolsas, o senador considerou que elas são importantes, principalmente a administrativa e a tributária, mas, a seu ver, a principal preocupação do homem público hoje deve ser com o desemprego. "Se o governo fizer os cálculos, verá que é mais barato colocar mais R\$ 3 bilhões no crédito rural", garantiu.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ponderou que a agricultura deveria ter uma maior atenção por parte do governo federal e manifestou sua convicção de que o Brasil irá superar a crise das bolsas. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também assinalou estar preocupado com o número de desempregados no país, destacando que no interior paulista a situação é grave.

Projeto proíbe por dez anos a venda de terra usada na reforma

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) apresentou projeto que proíbe por dez anos a negociação de imóveis rurais adquiridos pelo programa de reforma agrária. De acordo com o autor, a medida visa criar mecanismo para coibir que esses lotes se transformem em objeto de especulação imobiliária.

Urge que se criem mecanismos que coíbam a proliferação dessa verdadeira e florescente indústria de lotes, que tanto prejuízo traz aos verdadeiros trabalhadores rurais. É necessário adotar um eficiente

cadastro dos beneficiários da reforma agrária e de seus cônjuges, bem como punir aqueles que, descumprindo as obrigações assumidas, fazem transações com os seus lotes, que são inegociáveis pelo prazo de dez anos, nos termos da Magna Carta - afirmou Boaventura em sua justificativa.

Pela proposição, decorrido o prazo de dez anos, o Incra terá preferência para adquirir o lote em igualdade de condições com o mercado, devendo o assentado dar-lhe conhecimento da intenção de venda, a fim de que possa exercer o

direito de preferência dentro de 30 dias. A medida também obriga o órgão federal competente a manter cadastro atualizado das áreas desapropriadas, dos beneficiários da reforma agrária e dos que, por alienação ou cessão do seu lote, estarão impossibilitados de receber novos títulos de domínio ou de concessão de uso em programas de reforma agrária.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) onde será votado terminativamente.

Projeto regulamenta trabalho educativo para adolescentes

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto que disciplina o trabalho educativo de adolescentes, tal como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Pela proposição, os programas sociais de trabalho educativo destinam-se à preparação de adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos, para a vida profissional e social, assegurando-lhes, entre outros direitos, a jornada de trabalho diurna não superior a quatro horas diárias e 20 horas semanais, além de

repouso semanal aos domingos e direitos previdenciários.

Ignácio destacou que o objetivo maior do projeto é o desenvolvimento pleno da cidadania, com proteção integral aos menores, por meio de um conjunto de normas asseguradoras de desenvolvimento pleno das aptidões pessoais e sociais. "Trabalho e educação, não se pode negar, é binômio inseparável no processo de passagem da infância para a fase adulta", lembrou.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o relatório do projeto de lei da renda mínima votado na Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, Lázaro Marques, sobre a abertura do comércio aos domingos (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos - exposição do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e do presidente da CEF, Sérgio Cutolo (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré gravada à tarde)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Lauro Campos e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, Lázaro Marques (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Modelo posto em prática no Rio está gerando um comportamento empresarial cruel, com grandes prejuízos, argumenta senadora

Privatização não traz retorno, diz Benedita

Ao fazer uma reflexão sobre a situação social e econômica do Rio de Janeiro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou o programa de desestatização deflagrado naquele estado e no país. Segundo a senadora, os recursos originados desse processo não têm trazido investimentos que visem ao bem-estar da população.

A seu ver, a situação da Companhia Siderúrgica Nacional serve para mostrar que o modelo de privatização posto em prática no Rio "está gerando um comportamento empresarial cruel, de extinção de empresas, com grandes prejuízos para a região onde se localizam". Ela lembrou que o estado do Rio, cuja dívida chega a R\$ 11,5



Benedita: desemprego piora

bilhões, foi o primeiro a executar o processo de venda das suas empresas, esperando arrecadar R\$ 5 bilhões.

A senadora observou que o setor industrial, representando 35,5% da economia do estado, e o comercial e de serviços, com 48%, empregam a maior parte da população eco-

nomicamente ativa do estado. "Mas no primeiro semestre deste ano a indústria extinguiu 5,6% das vagas do mercado de trabalho. E os salários pagos pelo setor industrial, em julho, foram 0,5% inferiores aos do mês anterior", acrescentou.

- Como é que os nossos governantes insistem em manter uma visão falsa, um diagnóstico maquiado da situação em que está mergulhando o Brasil? O escancaramento do mercado; a destruição sistemática dos fornecedores de peças, componentes e matérias-primas substituídos pelas importações; o desemprego; a perda de poder aquisitivo e o aumento da inadimplência são a verdadeira cara do Brasil - disse.

Odacir aponta sucesso de Toda criança na escola

O senador Odacir Soares (PTB-RO) parabenizou o ministro da Educação, Paulo Renato, e seu antecessor, Murílio Hingel, pelo "sucesso" do programa *Toda criança na escola*, que, a seu ver, "deve ser levado adiante com ânimo imperturbável, sem se deixar seduzir pela tentação de transformá-lo em instrumento de propaganda na campanha eleitoral que se aproxima".

O programa, que dá continuidade ao conjunto de ações previstas no Plano Decenal de Educação para Todos e formuladas durante a administração de Hingel, constitui, na opinião do senador, "fruto da participação democrática dos numerosos atores envolvidos no processo educacional, buscando esquivar-se da reincidência no erro de impor soluções por decretos e portarias".

Entre as principais ações desenvolvidas pelo programa, Odacir destacou o treinamento e capacitação de professores para programas de aceleração de aprendizagem, que acredita ser "o antídoto mais indicado contra o elevado índice de distorção série/idade". De acordo com o Censo Escolar de 1996, mais de 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. Odacir acrescentou que, "além de ser um dos principais fatores de evasão, essa distorção provoca custos adicionais aos sistemas de ensino".

- Não menos importante é o programa da TV Escola, que já foi implantado em cerca de 45 mil escolas de ensino fundamental do país. Seu objetivo é contribuir para a capacitação e aperfeiçoamento do professor em exer-



Odacir: no caminho certo

cício, melhorando seu desempenho na sala de aula, além de concorrer, inclusive, para sua habilitação, já que constitui valioso recurso didático nos cursos de formação do magistério. Quanto aos alunos, o benefício é ainda maior, já que se lhes oferece um instrumento moderno de apoio pedagógico que muito enriquecerá o conteúdo das aulas que lhes serão ministradas - disse.



Barragens estão em estado precário, alerta Amin

Amin quer recuperar barragens em SC para enfrentar El Niño

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) advertiu para a urgência de serem recuperadas as barragens Sul, Oeste e Norte, construídas como parte de um programa traçado para minimizar as perdas periódicas de enchentes que atingem a bacia do Itajaí-Açu, em Santa Catarina. Ele está preocupado com a possibilidade de se repetirem este ano os efeitos do fenômeno *El Niño*, que, em 1983, deixou "um trágico saldo de mais de 200 mil pessoas desabrigadas e incalculáveis danos patrimoniais".

Amin lamentou que a falta de planejamento, de continuidade administrativa e de zelo com o patrimônio público conduza ao desperdício de recursos, "à deterioração de obras já realizadas e à exposição das populações a riscos, prejuízos e sofrimentos que podem ser evitados". Conforme explicou, as três barragens encontram-se em estado precário de funcionamento e, se mantidas as condições atuais, poderão deixar de cumprir sua função em caso de enchente.

Apenas essas medidas, entretanto, não são suficientes, no entendimento do senador, para prevenir as consequências danosas das cheias. Dessa forma, Esperidião Amin sugeriu que sejam feitos o desassoreamento e a conservação dos leitos e margens dos rios prin-

cipais; a ampliação do atual sistema de previsão e alerta de cheias; a elaboração de cartas de áreas de risco de inundação para todos os municípios afetados; a organização de comitês municipais de defesa civil e a elaboração de planos de defesa civil nesses municípios; e, "com destaque especial", a criação do Comitê da Bacia do Itajaí.

Esperidião Amin disse, contudo, que a solução definitiva para o flagelo das cheias na região dependerá de iniciativas mais ambiciosas. "Políticas bem definidas deverão ser adotadas visando ao disciplinamento do uso e da ocupação do solo nas áreas com risco de inundação. E a defesa civil haverá de ser submetida a contínuo processo de aperfeiçoamento", defendeu.

- A bacia do rio Itajaí-Açu já esteve, diversas vezes, afogada pelas águas. De cada uma dessas vezes, nosso povo viu-se, também, afogado em lágrimas. Não permitamos que isso volte a ocorrer! Que os dois níveis de governo - federal e estadual - assumam, cada um, as suas responsabilidades! Vamos zelar pelo patrimônio público e privado! Vamos recuperar as barragens existentes e tomar todas as demais providências necessárias para evitar as cheias! - disse.